DÚVIDAS MAIS FREQUENTES - CLÁUSULAS NECESSÁRIAS, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Os contratos administrativos devem conter, obrigatoriamente, todas as cláusulas enumeradas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93?

Sim, o contrato administrativo deve prever, de forma obrigatória, todas as cláusulas elencadas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, o que não exclui outras disposições contratuais que se fizerem necessárias. O publicista Jessé Torres Pereira Júnior, em seus comentários à leis das licitações e contratações da administração pública, acerca do referido dispositivo legal, informa que se trata do conteúdo mínimo necessário a todo e qualquer contrato da Administração (Jessé, 2007, p. 621).

Sobre o assunto, segue entendimento proferido no Processo Administrativo nº 715979, da relatoria da Conselheira Adriene Andrade, apreciado na Sessão do dia 30/10/2007 (Revista do TCEMG, Edição Especial, *A Lei 8.666/93 e o TCEMG*, p. 226):

"Considero que as mencionadas cláusulas, além de exigidas por lei, são essenciais à fiscalização do cumprimento dos compromissos assumidos com a Administração contratante, bem como à aferição de satisfatoriedade e responsabilização pela execução do contrato."

2. A possibilidade de prorrogação da vigência do contrato administrativo deve ser considerada, em termos de períodos e valores, na escolha da modalidade licitatória?

Sim, para a definição da modalidade de licitação, com base nos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, deve ser considerado pelo gestor público todo o período da contratação.

É o caso, por exemplo, de um contrato administrativo para prestação de serviços, estimado em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para um prazo de 12 (doze) meses. Na hipótese dos serviços serem de natureza contínua, cujos contratos admitem prorrogações sucessivas até o limite de 60 (sessenta meses), nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, deve-se levar em conta o valor estimado para todo o período em que a contratação possa vigorar, qual seja, R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta

mil reais). Assim, nesse caso, estaria vedada a licitação na modalidade convite.

Sobre o assunto, segue entendimento proferido nas Representações de nºs 735337, 735338 e 735490, da relatoria do Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, apreciadas na Sessão do dia 24/07/2007 (Revista do TCEMG, Edição Especial, A Lei 8.666/93 e o TCEMG, p. 237/238):

"Definição do valor da contratação para fins de escolha da modalidade e de verificação da obrigatoriedade da realização de audiência pública deve levar em conta a prorrogação automática prevista no art. 57, II da Lei de Licitações."

3. O termo aditivo que prorroga o período do contrato administrativo deve ser formalizado durante a vigência contratual?

Sim, um contrato administrativo que atingiu seu termo final não pode ser aditado. A formalização de termo aditivo para a prorrogação do período contratual deve ser processada ainda durante a vigência do instrumento que será aditado.

Sobre o assunto, segue entendimento proferido na apreciação do Contrato nº 118489, Licitação, da relatoria do Conselheiro Fued Dib, apreciada na Sessão do dia 20/03/1997 (Revista do TCEMG, Edição Especial, A Lei 8.666/93 e o TCEMG, p. 239):

Prorrogação deve ocorrer antes de expirada a vigência do contrato. "(...) o I termo aditivo foi assinado após ter sido expirado o contrato inicial, o mesmo ocorrendo com o II termo aditivo, em relação ao primeiro aditamento. (...) [No entanto,] o contrato deveria ter sido prorrogado antes de expirado o prazo de sua validade".

4. Os limites estabelecidos no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 devem ser observados em eventual reajuste ou revisão do contrato administrativo?

Não, a norma contida no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 disciplina a alteração do objeto contratado, enquanto o reajuste e a revisão são utilizados com o fim de manter a equação econômico-financeira da contratação, na hipótese de desequilíbrio da relação estabelecida entre os

encargos do particular e a remuneração paga pela Administração contratante.

Sobre o assunto, segue entendimento constante do parecer emitido na Consulta nº 761137, da relatoria do Conselheiro Antônio Carlos Andrada, apreciada na Sessão do dia 24/09/2008 (Revista do TCEMG, Edição Especial, *A Lei 8.666/93 e o TCEMG*, p. 248):

Aplicabilidade dos limites previstos no art. 65, §1º da Lei 8.666/93 aos Reajustes realizados em contratos administrativos. "(...) é cediço que tal norma [art. 65, §1º] destina-se apenas às hipóteses em que há efetiva alteração do objeto do contrato administrativo. Não se referem os seus limites aos procedimentos de Revisão e de Reajuste das avenças, nos quais, em verdade, busca-se a manutenção da equação econômico-financeira do contrato, e não a modificação da prestação devida pelo particular contratado".

5. O objeto a ser contratado pode ser alterado, com fundamento no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, ainda durante o procedimento licitatório?

Não, como se depreende de esclarecedor entendimento proferido na apreciação da Licitação nº 54842, cujo relator para o processo foi o Conselheiro Moura e Castro, julgado na Sessão do dia 19/06/1997 (Revista do TCEMG, Edição Especial, *A Lei 8.666/93 e o TCEMG*, p. 249):

Alterações autorizadas pelo 65 só podem ocorrer após a celebração do contrato. "(...) é exigência formal definir e estipular a quantidade do objeto a ser licitado (art. 14 e §7º, II, do art. 15 da Lei nº. 8.666/93), quando da formulação de um edital. Alterá-lo quantitativamente durante o curso do certame, após conhecida a proposta do licitante, é desrespeitar não só ao mandamento legal, mas a um conjunto de princípios (vinculação ao ato convocatório, igualdade entre os licitantes, impessoalidade, legalidade). Só é cabível promover acréscimos e supressões, nos limites estipulados no §1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, após a contratação, ou seja, após o encerramento do procedimento licitatório".